



SOL

07-01-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 67140

Temática: Justiça

Dimensão: 249

Imagem: N/Cor

Página (s): 11

# Autarcas suspensas

## PS quer suspender autarcas acusados. Mas a decisão caberá aos tribunais

**Susete Francisco**

O PS quer inscrever na lei a possibilidade de os autarcas acusados de ilícitos criminais serem suspensos do mandato ou impedidos de voltar a candidatar-se – mas deixando aos tribunais a decisão, caso a caso, da aplicação destas medidas.

A proposta socialista que faz referência expressa a que esta possibilidade só deve aplicar-se em caso de «**acusação definitiva**» – ou seja, quando a acusação é confirmada por um tribunal de instrução criminal e já não é passível de recurso, seguindo o processo para julgamento –, foi feita no âmbito da discussão no Parlamento do novo regime da tutela administrativa, prevendo que o impedimento de candidatura possa chegar aos oito anos. Em causa terão de estar crimes a que corresponda uma pena de prisão com um limite máximo superior a três anos.

A suspensão e interdição da candidatura de autarcas a contas com a Justiça é um tema que se arrasta no Parlamento há cinco anos, com sucessivos avanços e recuos. Em 2005, o PSD, então liderado por Marques Mendes, avançou com uma proposta que, apesar de aprovada numa fase inicial, acabaria por ficar na gaveta. Em 2008, o PS manifestou a intenção de retomar o projecto, mas não passou do anúncio. No início de 2010, no âmbito da discussão do pacote de medidas anti-corrupção, CDS, PSD e PCP apresentaram novas propostas, mas a questão voltou a ser adiada.

A principal divergência em relação à lei tem sido a fase processual em que pode ser determinada a limitação dos direitos políticos dos visados. A diferença mantém-se nas várias propostas que estão em cima da mesa: o PSD só admite a inelegibilidade para «**cidadãos condenados, ainda que por sen-**

tença não transitada em julgado». Também o CDS aponta para uma «**condenação em primeira instância**». Já o PCP fala numa «**condenação definitiva**».

Apesar das posições diferenciadas, o coordenador do PS na comissão do Ambiente e Poder Local, Marcos Sá, defende uma «**solução o mais consensual possível**». Posição corroborada pela deputada social-democrata Luísa Roseira, que integra o grupo de trabalho que está a discutir este tema, e que defende também uma «**lei consensual**» para resolver as lacunas da actual legislação. Com as propostas do PSD, PS ou CDS, Isaltino Morais, por exemplo, já



### Debate sobre autarcas a contas com a Justiça arrasta-se há cinco anos no Parlamento

não estaria no cargo de presidente da câmara de Oeiras.

Os ilícitos criminais seguirão um processo legislativo autónomo em relação às questões administrativas. No regime da tutela administrativa (verificação do cumprimento das leis e regulamentos pelas autarquias), o PS avançou com propostas de alteração que fazem marcha atrás na proposta do Governo. O texto previa a suspensão de mandato em casos como a não avaliação de funcionários ou o incumprimento de obrigações impostas pelas directivas europeias. Na iminência de um chumbo por parte da oposição, o diploma desceu a comissão sem ir a votos. O PS substituiu entretanto a proposta de suspensão por multas.